

Alterações Climáticas

(reflexos da hipocrisia dos países industrializados)

Um dos exemplos mais contundentes desta realidade é o que se tem passado com a (incapacidade) de aplicação da Convenção sobre Alterações Climáticas. Quando se trata de passar das (bonitas) palavras aos actos, alguns dos países mais poderosos do mundo recuam. Recuam, porque têm uma economia baseada em indústrias que funcionam como autênticos "trituradores" de recursos naturais, porque exploram abusivamente os recursos naturais de muitas outras regiões do mundo onde têm fortes "influências" e porque estão convencidos que os prejuízos causados pela poluição atmosférica que produzem serão repartidos por outros habitantes da Terra.

Os modelos actuais que estudam o comportamento da atmosfera são ainda pouco precisos, mas o bom senso diria que é importante prevenir, para não termos de, mais tarde, remediar. No entanto, as mudanças previstas são muito longínquas para os curtos ciclos políticos dos governos e para a visão a curto prazo que os caracteriza. É certo que alguns países estão a investir na elaboração de estudos de vulnerabilidade às alterações climáticas, mas medidas que contribuam realmente para a redução das emissões de gases de efeito de estufa para a atmosfera são sucessivamente adiadas, ao sabor dos calendários e das opções políticas dos vários países.

A este cinismo mundial, acresce o facto de se prever que as alterações climáticas afectarão negativamente sobretudo as áreas mais pobres do globo, podendo ser vistas até como vantajosas em alguns sítios, como por exemplo no Norte da Europa, onde, apesar de se esperar um aumento da frequência e intensidade das inundações, as necessidades energéticas para aquecimento doméstico serão cada vez menores e em certos países do médio oriente, actualmente muito secos, que poderão passar a ter mais chuva. A esperança de poder tirar proveito dessas situações e a dificuldade em impor novas regras ao poderoso sector económico dos países industrializados, fazem cair por terra, sucessivamente, as expectativas mais modestas quanto ao cumprimento dos acordos internacionais, já de si fracos e dilatados no tempo.

Mas não são só os países que se opõem abertamente aos compromissos internacionais que merecem ser criticados. Muitos países europeus, que têm estado na linha da frente na defesa da luta contra a poluição atmosférica e na defesa dos compromissos assinados na Conferência do Rio em 1992 no âmbito da Convenção sobre Alterações Climáticas, usam habitualmente temperaturas excessivamente altas em habitações e escritórios, consumindo desnecessariamente recursos energéticos poluentes e escassos.

Integrado na União Europeia, Portugal não pode limitar-se a criticar os EUA (embora o mereçam), tem de dar mostras de estar realmente empenhado. Não podemos fingir que somos meninos bem comportados durante as negociações com a União Europeia e com os restantes países e depois, cá dentro, fazermos de conta que não sabemos de nada. Veja-se o que (não) se passa com a política de transportes ao nível ferroviário; veja-se o que (não) se passa ao nível da requalificação das cidades em termos de acessibilidades e de transportes; veja-se o que (não) se passa ao nível dos incentivos às medidas de conservação de energia e de aproveitamento de fontes alternativas de energia.

Por isso, Portugal consome, em média, mais 40% de energia do que os países da União Europeia para produzir a mesma quantidade de riqueza, sendo o consumo dos combustíveis fósseis o principal responsável pela emissão de CO₂. No entanto, o tráfego rodoviário, muito mais poluente e muito menos eficiente do ponto de vista energético, cresceu cerca de 46% entre 1990 e 1998, enquanto o transporte ferroviário decresceu cerca de 20%.